



Formação Continuada de Professores: uma ênfase cultural

A Moral em “Sobre a Pedagogia” - Immanuel Kant

Cássio Ricardo Fares Riedo

Marta Fernandes Garcia

Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira

Neste texto abordamos as ideias de Kant sobre a moral e a moralidade expressas na introdução do livro, “Sobre a Pedagogia”. Vejamos as referências diretas à moral e à moralidade feitas por Kant.

Kant escreve: “O homem deve, antes de tudo, desenvolver suas disposições para o bem; a Providência não as colocou nele prontas; são simples disposições, sem a marca distintiva da moral” (p. 19). Kant pontua que a moral possui uma marca que a distingue, e que orienta o desenvolvimento da disposição do homem para o bem.

É importante verificarmos que, neste trecho, embora Kant entenda que a moral seja uma “disposição natural” do homem, assinala que ela não é um instinto e, por isso, precisa ser desenvolvida pela educação para que o homem produza, em si mesmo, a moralidade. Para Kant, esta deve ser a preocupação central da educação e ser tomado como núcleo da ação pedagógica.

Ao trabalharmos a inter-ação entre educação e moral, é interessante chamar a atenção para a atualidade do que Kant propõe nesta passagem: “não se deve educar as crianças segundo o presente estado da espécie humana, mas segundo um estado melhor, possível no futuro, isto é, segundo a ideia de humanidade e da sua inteira destinação” (p. 22).

Em outra passagem enfática do livro relacionando moral e educação, Kant diz “Tornar-se melhor, educar-se e, quando se é mau, produzir em si a moralidade: eis o dever do homem” (p. 19). Compreende-se que para Kant, a

moralidade é dever do homem e é também o modo pelo qual ele pode se tornar melhor.

Podemos então, verificar que para Kant, a educação tem um objetivo claro - a produção da moralidade no homem para o desenvolvimento da sua própria humanidade.

A questão da moral, é assim, a condição da humanidade e da felicidade do homem. Isso fica claro na passagem: “De fato, como poderíamos tornar os homens felizes se não os tornamos morais e sábios?” (p. 28).

Ao mencionar os deveres da educação, Kant lista ainda, quatro outros deveres pontos e, dentre estes, diz que a educação “deve, por fim, cuidar da *moralização*” (p. 26, grifo da obra). Afirma que: “Na verdade, não basta que o homem seja capaz de toda sorte de fins; convém também que ele consiga a disposição de escolher apenas os bons fins” (p. 26). Bons fins para Kant são “aqueles fins aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, os fins de cada um” (p. 26).

Reparem que não se apresenta como oposição de cada um a todos, mas, pelo contrário, é ao mesmo tempo de todos e de cada um. Kant afirma que este dever é o mais importante e que é, de modo geral, descuidado, pois que ensinamos às crianças aquilo que julgamos essencial, particularmente, conteúdos, e deixamos a moral para um pregador religioso.

Ele enxergava sua sociedade como uma sociedade com boa evolução, mas afirmava: “Vivemos em uma época de disciplina, de cultura e de civilização, mas ela ainda não é a da verdadeira moralidade” (p. 27-28). Para Kant, esta conquista está na força da educação e diz: “uma educação pública completa é aquela que reúne, ao mesmo tempo, a instrução e a formação moral” (p. 30).

Kant, da mesma forma que Jean-Jacques Rousseau, defende que todos os seres humanos são capazes de distinguir o bem do mal, que não há nenhum princípio do mal nas disposições naturais do ser humano, mas que são as leis morais que o leva a praticar o bem para a coletividade em detrimento dos seus caprichos e interesses individuais.

Pare ele, o ser humano, ao contrário do animal que está determinado a agir desta ou daquela maneira, possui uma margem de liberdade, podendo agir de acordo com os princípios que atribui a si mesmo. Só podemos, portanto, falar em moralidade se considerarmos que o ser humano é um ser livre. Kant faz da boa

vontade a condição de toda a moralidade. Sendo governada pela razão, a boa vontade é boa pelo seu próprio querer. A moralidade em Kant é concebida independentemente da sua utilidade e a intenção moral só é conhecida pela consciência do indivíduo. O valor moral de uma ação reside, portanto, na intenção.

Agir por dever exige um conhecimento das regras, das normas, a que se tem de obedecer, mas Kant não se preocupa em inventariar um conjunto de regras. Pelo contrário, procura o fundamento de todas as regras, ou seja, trata-se de encontrar o que está na base de toda escolha.

É por isso que Kant distingue máximas de leis morais. As máximas são os princípios subjetivos da ação, isto é, os princípios concretos segundo os quais agimos. Já as leis morais são objetivas, isto é, são consideradas como válidas para todo ser humano, enunciando a forma como todo homem deve agir.

A fórmula kantiana não nos diz para agirmos desta ou daquela maneira, não nos dá o conteúdo da lei, apenas nos indica a forma como devemos agir. Este é o princípio moral fundamental, um mandamento incondicional e assume a forma de um imperativo categórico.

O que é um imperativo categórico? Kant distingue imperativo categórico de imperativo hipotético. Enquanto o imperativo hipotético apresenta uma ação como meio para alcançar determinado fim (por exemplo, ser bom para ganhar a simpatia dos colegas; estudar para tirar uma boa nota e agradar aos pais), o imperativo categórico indica que a ação é necessária e boa em si mesma, independentemente dos fins que possam ser alcançados com ela. Assim, o legislador supremo da moralidade é a razão humana.

O valor moral da ação não reside no efeito que dela se espera, pois o fundamento da vontade é a representação da lei e não o efeito esperado. A moral kantiana é a moral do dever, da autorregulação da razão, que concilia dever e liberdade. É importante deixar claro, que o conceito moral de Kant é independente de qualquer sentido religioso.

Kant retoma a questão da liberdade nesta parte do texto, dizendo que a liberdade humana é o fundamento de nossas ações e princípios de vida e faz parte essencial da prática moral. E como a lei moral tem origem na razão, cada indivíduo é legislador e responsável por aquilo que faz. A moralidade pressupõe, portanto, a autonomia da vontade que pressupõe a liberdade.